

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidade)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2022</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	53.096.770.180
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>53.096.770.180</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
1	Ativo Total	7.348.170	7.079.081
1.01	Ativo Circulante	2.125.701	1.806.032
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	405.361	179.059
1.01.03	Contas a Receber	911.793	783.124
1.01.03.01	Clientes	911.793	783.124
1.01.04	Estoques	6.096	4.787
1.01.06	Tributos a Recuperar	312.191	241.128
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	312.191	241.128
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	236	1.925
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	43.473	41.095
1.01.06.01.03	PIS/ COFINS a compensar sobre ICMS	268.482	198.108
1.01.07	Despesas Antecipadas	21.649	19.218
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	468.611	578.716
1.01.08.03	Outros	468.611	578.716
1.01.08.03.01	Outros Ativos	154.111	207.493
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	314.500	371.223
1.02	Ativo Não Circulante	5.222.468	5.273.049
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.201.971	4.297.745
1.02.01.04	Contas a Receber	23.137	24.107
1.02.01.04.01	Clientes	23.137	24.107
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	153	179
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.178.682	4.273.459
1.02.01.10.03	Derivativos	89.002	178.441
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	215.625	212.000
1.02.01.10.05	Outros tributos a compensar	34.421	30.882
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	2.019.191	1.932.004
1.02.01.10.07	Outros Ativos	3.235	678
1.02.01.10.08	Ativo Financeiro Setorial	209.511	234.872
1.02.01.10.09	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	1.607.697	1.684.582
1.02.04	Intangível	1.020.497	975.304
1.02.04.01	Intangíveis	1.020.497	975.304
1.02.04.01.02	Ativo Contratual	297.951	241.053
1.02.04.01.03	Intangível	722.546	734.251

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
2	Passivo Total	7.348.170	7.079.081
2.01	Passivo Circulante	1.373.572	1.561.623
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.856	18.390
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	20.856	18.390
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	20.856	18.390
2.01.02	Fornecedores	563.309	744.002
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	563.309	744.002
2.01.03	Obrigações Fiscais	251.700	172.725
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	88.328	36.837
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	56.602	13.903
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.681	2.820
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	21.861	13.314
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	5.184	5.735
2.01.03.01.05	IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	0	1.065
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	162.715	135.308
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	162.715	135.308
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	657	580
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	657	580
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	98.636	177.040
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	38.427	40.683
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	37.659	40.220
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	768	463
2.01.04.02	Debêntures	60.209	136.357
2.01.04.02.01	Debêntures	60.209	136.357
2.01.05	Outras Obrigações	439.071	449.466
2.01.05.02	Outros	439.071	449.466
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	6.037
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	33.256	0
2.01.05.02.06	PIS/COFINS devolução consumidores	29.002	0
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	244.469	230.742
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	8.886	95.292
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	123.458	117.395
2.02	Passivo Não Circulante	5.412.035	5.129.999
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.781.473	2.588.778
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.786.398	1.819.635
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	954.215	953.566
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	832.183	866.069
2.02.01.02	Debêntures	995.075	769.143
2.02.01.02.01	Debêntures	995.075	769.143
2.02.02	Outras Obrigações	2.576.560	2.467.377
2.02.02.02	Outros	2.576.560	2.467.377
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	1.379
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	309.917	343.169
2.02.02.02.05	Derivativos	111.128	43.764
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	81.691	0
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	180.868	178.840

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	16.656	17.535
2.02.02.02.09	PIS/COFINS devolução consumidores	1.876.300	1.882.690
2.02.03	Tributos Diferidos	6.877	26.614
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.877	26.614
2.02.04	Provisões	47.125	47.230
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.125	47.230
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	661	736
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.294	29.856
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	14.184	15.675
2.02.04.01.05	Outros	986	963
2.03	Patrimônio Líquido	562.563	387.459
2.03.01	Capital Social Realizado	258.497	258.497
2.03.02	Reservas de Capital	37.552	37.552
2.03.04	Reservas de Lucros	504.592	504.592
2.03.04.01	Reserva Legal	39.997	39.997
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	393.928	393.928
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	70.667	70.667
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	175.661	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-413.739	-413.182

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.452.711	1.331.476
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.063.922	-1.028.533
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-861.151	-894.296
3.02.02	Custo de Operação - depreciação e amortização	-27.963	-25.582
3.02.03	Custo de Operação - outros	-62.076	-57.445
3.02.04	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-112.732	-51.210
3.03	Resultado Bruto	388.789	302.943
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-73.809	-62.227
3.04.01	Despesas com Vendas	-39.094	-30.636
3.04.01.01	Amortização	-223	-229
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-17.924	-9.211
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-20.947	-21.196
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.381	-27.575
3.04.02.01	Amortização	-4.309	-3.722
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-28.072	-23.853
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.334	-4.016
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-2.334	-4.016
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	314.980	240.716
3.06	Resultado Financeiro	-43.652	9.406
3.06.01	Receitas Financeiras	71.641	32.372
3.06.02	Despesas Financeiras	-115.293	-22.966
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	271.328	250.122
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-95.667	-88.181
3.08.01	Corrente	-115.118	-52.521
3.08.02	Diferido	19.451	-35.660
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	175.661	161.941
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	175.661	161.941
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	3,31	3,05

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	175.661	161.941
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-557	-3.298
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-557	-3.298
4.03	Resultado Abrangente do Período	175.104	158.643

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	134.607	29.940
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	356.102	285.688
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes dos Tributos	271.328	250.122
6.01.01.02	Amortização	32.495	29.533
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	3.358	1.108
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	17.604	-20.453
6.01.01.05	Despesa/(Receita) com Plano de Pensão	11.390	12.495
6.01.01.06	Perda (ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	2.003	3.672
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17.924	9.211
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-221.495	-255.748
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-76.520	89.989
6.01.02.02	Tributos a Compensar	24.774	-12.160
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-991	-11.071
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	102.872	-28.207
6.01.02.07	Contas a Receber CDE	-15.821	-4.087
6.01.02.09	Outros Ativos Operacionais	-7.091	-32.332
6.01.02.10	Fornecedores	-182.072	-131.421
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	-86.406	2.473
6.01.02.12	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-4.397	-3.958
6.01.02.13	Contas a pagar CDE	0	-4.025
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-72.412	-47.317
6.01.02.15	Passivo Financeiro Setorial	113.459	-42.775
6.01.02.16	Encargo de Dividas e Debêntures Pagos	-32.585	-16.448
6.01.02.17	Outros Tributos e Contribuições Sociais	36.268	-5.525
6.01.02.18	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-38.579	-23.140
6.01.02.19	Outros Passivos Operacionais	18.006	14.256
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-121.542	-55.619
6.02.02	Adições Ativo contratual	-121.641	-55.619
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (aplicações)	-10.834	0
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (resgates)	10.933	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	213.237	172.943
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	367.744	340.000
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-131.353	-169.982
6.03.03	Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-6.037	0
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	-17.117	2.925
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	226.302	147.264
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	179.059	438.679
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	405.361	585.943



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	258.497	37.552	504.591	0	-413.181	387.459
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	258.497	37.552	504.591	0	-413.181	387.459
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	175.661	-557	175.104
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175.661	0	175.661
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-557	-557
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	-557	-557
5.07	Saldos Finais	258.497	37.552	504.591	175.661	-413.738	562.563

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	253.909	42.140	304.699	0	-412.555	188.193
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	253.909	42.140	304.699	0	-412.555	188.193
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161.941	-3.298	158.643
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161.941	0	161.941
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.298	-3.298
5.05.02.07	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	-3.298	-3.298
5.07	Saldos Finais	253.909	42.140	304.699	161.941	-415.853	346.836

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021</b>
7.01	Receitas	2.205.840	2.063.492
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.111.136	2.021.689
7.01.02	Outras Receitas	112.628	51.014
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	112.628	51.014
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.924	-9.211
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.138.818	-1.107.934
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-960.492	-995.105
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-154.579	-86.900
7.02.04	Outros	-23.746	-25.929
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.067.022	955.558
7.04	Retenções	-32.593	-29.654
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.593	-29.654
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.034.429	925.904
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	75.134	34.148
7.06.02	Receitas Financeiras	75.134	34.148
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.109.563	960.052
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.109.563	960.052
7.08.01	Pessoal	51.658	48.618
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.452	21.442
7.08.01.02	Benefícios	26.076	25.260
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.130	1.916
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	765.484	724.729
7.08.02.01	Federais	372.483	392.748
7.08.02.02	Estaduais	392.215	331.292
7.08.02.03	Municipais	786	689
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	116.761	24.764
7.08.03.01	Juros	116.269	23.764
7.08.03.02	Aluguéis	492	1.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	175.661	161.941
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	175.661	161.941

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1° Trimestre		Variação
	2022	2021	
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.223.764</b>	<b>2.072.703</b>	<b>7,3%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.860.517	1.456.483	27,7%
Suprimento de energia elétrica	41.635	96.557	-56,9%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	112.628	51.014	120,8%
Outras receitas operacionais	425.315	397.667	7,0%
Ativo e passivo financeiro setorial	(216.331)	70.982	-404,8%
Deduções da receita operacional	(771.053)	(741.227)	4,0%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.452.711</b>	<b>1.331.476</b>	<b>9,1%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(861.151)</b>	<b>(894.296)</b>	<b>-3,7%</b>
Energia comprada para revenda	(630.562)	(688.993)	-8,5%
Encargo de uso do sist transm distrib	(230.589)	(205.303)	12,3%
<b>Custo e despesa operacional</b>	<b>(276.579)</b>	<b>(196.463)</b>	<b>40,8%</b>
Pessoal	(41.285)	(37.769)	9,3%
Entidade de previdência privada	(11.390)	(12.495)	-8,8%
Material	(7.880)	(5.738)	37,3%
Serviço de terceiros	(39.400)	(36.912)	6,7%
Amortização	(32.495)	(29.533)	10,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(112.628)	(51.014)	120,8%
Outros	(31.501)	(23.002)	36,9%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>314.981</b>	<b>240.716</b>	<b>30,9%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(43.652)</b>	<b>9.406</b>	<b>-564,1%</b>
Receitas financeiras	71.641	32.372	121,3%
Despesas financeiras	(115.293)	(22.966)	402,0%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>271.328</b>	<b>250.122</b>	<b>8,5%</b>
Contribuição social	(25.439)	(23.737)	7,2%
Imposto de renda	(70.229)	(64.445)	9,0%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>175.661</b>	<b>161.941</b>	<b>8,5%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>347.476</b>	<b>270.249</b>	<b>28,6%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 24)

### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 2.223.764, apresentando aumento de 7,3% (R\$ 151.061) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 2.111.136, apresentando um aumento de 4,4% (R\$ 89.447) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 27,7% (R\$ 404.034) principalmente pelo (i) aumento de 31,9% (R\$ 464.075) na tarifa média, decorrente principalmente do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de outubro de 2021 de 12,4% (percepção do consumidor) e aplicação da bandeira tarifária 15,3% (vermelha escassez hídrica no 1º trimestre de 2022 comparada com amarela no 1º trimestre de 2021), compensado por (ii) redução de 3,1% (R\$ 60.041) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 56,9% (R\$ 54.922) principalmente pela (i) redução na venda de energia comercializada no curto prazo (R\$ 49.763)

## Comentário do Desempenho

principalmente em decorrência da redução na tarifa média em função da redução do preço de liquidação de diferenças (“PLD”), compensado pelo aumento no volume de energia comercializado e (ii) redução na venda para outras concessionárias e permissionárias (R\$ 5.159) principalmente em função da migração para clientes livres;

- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 7,0% (R\$ 27.648) basicamente pelos aumentos: (i) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético “CDE” e subvenção da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias “CCRBT” (R\$ 24.269), (ii) arrendamentos e aluguéis (R\$ 7.649), (iii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 4.858) principalmente pelas adições na base compensado pela redução da variação do indexador (IPCA), compensado parcialmente por (iv) redução na receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD (R\$ 9.621) principalmente em função do RTA de outubro de 2021 compensado pelo aumento no volume de energia transportada;
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de receita de 404,8% (R\$ 287.313), principalmente: (i) diferimento de custo de energia, bandeira faturada e ainda não homologada pela CCRBT, repasse de Itaipu, ESS e EER (R\$ 401.773), (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 104.791), compensado parcialmente por (iii) aumento nos diferimentos de sobrecontratação, CDE, bandeira de escassez hídrica, ultrapassagem de demanda e excedente de reativos e PROINFA (R\$ 225.023).

### ➤ Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2022, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de 5,2% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Essa queda foi mais acentuada na classe industrial.

O consumo da classe residencial representa 58,0% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou queda de 1,8% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete principalmente o relaxamento das medidas restritivas para combate à pandemia da covid-19, que permite maior circulação de pessoas e menor tempo de permanência nas residências. Adicionalmente, reflete também o efeito do aumento da quantidade de unidades consumidoras com geração distribuída e um calendário de leitura com menos dias quando comparados com o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 21,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 7,3% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete o aumento da quantidade de unidades consumidoras com geração distribuída e as migrações de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 8,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 13,6% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim como a classe comercial, a queda do consumo da classe industrial também foi impactada pela quantidade de unidades consumidoras com geração distribuída e pelas migrações de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 11,5% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 9,9% no 1º trimestre de 2022 devido principalmente ao resultado negativo da classe permissionária que caiu 63,9%, refletindo a saída de importantes clientes do mercado cativo.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve redução de 2,1% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de -1,8% no residencial, +2,7% no comercial, -3,3% no industrial e -7,5% nas demais classes de consumo.

## Comentário do Desempenho

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2022 foram de R\$ 771.053, apresentando um aumento de 4,0% (R\$ 29.826) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente em: (i) CDE (R\$ 90.573) principalmente em função do aumento da quota CDE em 2022, (ii) ICMS (R\$ 60.872) principalmente em função do aumento na base de cálculo, (iii) PROINFA (R\$ 1.416), compensado parcialmente por (iv) bandeiras tarifárias (R\$ 90.532) e (v) PIS e COFINS (R\$ 33.485) em função da redução na base de cálculo impactada principalmente pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS com base em decisão judicial transitada em julgado que passou a fazer parte da base de cálculo em 2022.

### Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2022 o custo com energia elétrica foi de R\$ 861.151, apresentando uma redução de 3,7% (R\$ 33.145), em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** redução de 8,5% (R\$ 58.431) basicamente em função: (i) redução de 7,8% (R\$ 59.658) no preço médio, principalmente pela compra de energia de Itaipu, (ii) redução de 0,6% (R\$ 3.883) no volume de energia comprada, compensado parcialmente por (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 5.605).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 12,3% (R\$ 25.286) impactado principalmente por: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 24.856) principalmente em função de maior nível de despacho termelétrico fora da ordem de mérito de preço (segurança energética), além de custos adicionais associados às usinas termelétricas que, mediante decisão do CMSE/MME, ofertaram geração adicional ao sistema como uma das medidas de enfrentamento à crise hídrica ocorrida no segundo semestre de 2021, (ii) EER (R\$ 22.613) principalmente, em função do valor de PLD que no primeiro trimestre deste ano está em patamares inferiores ao mesmo período de 2021 (quanto menor o valor de PLD, menor será o saldo da CONER e maior será o nível do encargo a ser cobrado aos agentes de perfil consumo), compensado parcialmente por (iii) redução nos encargos de rede básica (R\$ 16.714), (iv) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 3.938) e (v) crédito de PIS/COFINS (R\$ 2.577).

### Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 276.579 no 1º trimestre de 2022, apresentando um aumento de 40,8% (R\$ 80.116) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 163.951, apresentando um aumento de 12,7% (R\$ 18.502).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

#### ➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 131.456 no 1º trimestre de 2022, um aumento de 13,4% (R\$ 15.540) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 9,3% (R\$ 3.516) principalmente pelos efeitos do acordo coletivo.
- ii. **Serviços de terceiros:** aumento de 6,7% (R\$ 2.488) principalmente: (vi) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1.874), (ii) manutenção de Hardwares e Softwares (R\$ 1.381), (iii) leitura de medidores e uso (R\$ 1.109), compensado parcialmente por (iv) call center (R\$ 1.569);

## Comentário do Desempenho

- iii. **Outros:** aumento de 36,9% (R\$ 8.499) principalmente em função do aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 8.713).

### Amortização:

A amortização no 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 32.495, apresentando um aumento de 10,0% (R\$ 2.962) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior principalmente pelas adições na base de ativos ocorridas no período.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 1º trimestre de 2022 apresentou uma despesa líquida de R\$ 43.652, um aumento de despesa líquida de 564,1% (R\$ 53.058) em relação a receita líquida apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** aumento de 121,3% (R\$ 39.269) principalmente em (i) atualizações de ativos financeiros setoriais (R\$ 19.374) e (ii) atualização de créditos fiscais (R\$ 19.041);
- **Despesas financeiras:** aumento de 402,0% (R\$ 92.327) basicamente em (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 64.095), (ii) atualização de valor a devolver ao consumidor ref. exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (R\$ 20.830), (iii) atualização de contingências fiscais IRPJ/CSLL (R\$ 1.656), (iv) atualização de passivos financeiros setoriais (R\$ 1.485) e (v) atualização P&D e PEE (R\$ 1.047).

### Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurada no 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 95.668, apresentando aumento de 8,5% (R\$ 7.486) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a variação da base tributável do período.

### Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 1º trimestre de 2022 um lucro líquido de R\$ 175.661, com aumento de 8,5% (R\$ 13.720), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 347.476, apresentando aumento de 28,6% (R\$ 77.227) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021**  
 (Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	405.361	179.059
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	911.793	783.124
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	236	1.925
Outros tributos a compensar	7	43.473	41.095
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	268.482	198.108
Ativo financeiro setorial	8	314.500	371.223
Estoques		6.096	4.787
Outros ativos	11	175.761	226.711
<b>Total do circulante</b>		<b>2.125.702</b>	<b>1.806.032</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	23.137	24.107
Depósitos judiciais	20	215.625	212.000
Outros tributos a compensar	7	34.421	30.882
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	1.607.697	1.684.582
Ativo financeiro setorial	8	209.511	234.872
Derivativos	30	89.002	178.441
Ativo financeiro da concessão	10	2.019.191	1.932.004
Outros ativos	11	3.388	857
Ativo contratual	12	297.951	241.053
Intangível	13	722.546	734.251
<b>Total do não circulante</b>		<b>5.222.468</b>	<b>5.273.049</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.348.170</b>	<b>7.079.081</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021**  
 (Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
	<b>explicativa</b>		
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	563.309	744.002
Empréstimos e financiamentos	15	38.427	40.683
Debêntures	16	60.209	136.357
Entidade de previdência privada	17	123.458	117.395
Taxas regulamentares	18	8.886	95.292
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	56.602	13.903
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	195.097	158.823
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	-	6.037
Obrigações estimadas com pessoal		20.856	18.390
Passivo financeiro setorial	8	33.256	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	29.002	-
Outras contas a pagar	21	244.468	230.742
<b>Total do circulante</b>		<b>1.373.571</b>	<b>1.561.623</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	14	-	1.379
Empréstimos e financiamentos	15	1.786.399	1.819.635
Debêntures	16	995.075	769.143
Entidade de previdência privada	17	309.917	343.169
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	180.868	178.840
Débitos fiscais diferidos	9	6.877	26.614
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	47.125	47.229
Derivativos	30	111.128	43.764
Passivo financeiro setorial	8	81.691	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	1.876.300	1.882.690
Outras contas a pagar	21	16.656	17.535
<b>Total do não circulante</b>		<b>5.412.035</b>	<b>5.130.000</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	22		
Capital social		258.497	258.497
Reserva de capital		37.552	37.552
Reserva legal		39.997	39.997
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		70.667	70.667
Dividendo		393.928	393.928
Resultado abrangente acumulado		(413.739)	(413.182)
Lucros acumulados		175.661	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>562.563</b>	<b>387.459</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>7.348.170</b>	<b>7.079.081</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas****COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ****Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	1° Trimestre 2022	1° Trimestre 2021
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>24</b>	<b>1.452.711</b>	<b>1.331.476</b>
<b>Custo do serviço</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>25</b>	<b>(861.151)</b>	<b>(894.296)</b>
<b>Custo com operação</b>		<b>(90.038)</b>	<b>(83.027)</b>
Amortização		(27.963)	(25.582)
Outros custos com operação	26	(62.075)	(57.445)
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>26</b>	<b>(112.732)</b>	<b>(51.210)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>388.789</b>	<b>302.942</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(39.094)</b>	<b>(30.636)</b>
Amortização		(223)	(229)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(17.924)	(9.211)
Outras despesas com vendas	26	(20.946)	(21.196)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(32.381)</b>	<b>(27.574)</b>
Amortização		(4.309)	(3.722)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(28.071)	(23.853)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>26</b>	<b>(2.334)</b>	<b>(4.016)</b>
<b>Resultado do serviço</b>		<b>314.981</b>	<b>240.716</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>27</b>		
Receitas financeiras		71.641	32.372
Despesas financeiras		(115.293)	(22.966)
		<b>(43.652)</b>	<b>9.406</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>271.328</b>	<b>250.122</b>
Contribuição social	9	(25.439)	(23.737)
Imposto de renda	9	(70.229)	(64.445)
		<b>(95.667)</b>	<b>(88.182)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>175.661</b>	<b>161.941</b>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	23	3,31	3,05

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas****COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

	<u>1º Trimestre 2022</u>	<u>1º Trimestre 2021</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>175.661</b>	<b>161.941</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(557)</b>	<b>(3.297)</b>
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(557)	(3.297)
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b><u>175.104</u></b>	<b><u>158.643</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2022**  
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	258.497	37.552	39.997	70.667	393.928	(413.182)	-	387.459
<b>Resultado abrangente total</b>								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	175.661	175.661
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(557)	-	(557)
<b>Saldos em 31 de março de 2022</b>	<b>258.497</b>	<b>37.552</b>	<b>39.997</b>	<b>70.667</b>	<b>393.928</b>	<b>(413.739)</b>	<b>175.661</b>	<b>562.563</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2021**  
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	253.909	42.140	34.032	270.667	-	(412.556)	-	188.193
<b>Resultado abrangente total</b>								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	161.941	161.941
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(3.297)	-	(3.297)
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>253.909</b>	<b>42.140</b>	<b>34.032</b>	<b>270.667</b>	<b>-</b>	<b>(415.853)</b>	<b>161.941</b>	<b>346.836</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021**  
 (Em milhares de reais)

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>271.328</b>	<b>250.122</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	32.495	29.533
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.358	1.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.924	9.211
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	17.604	(20.453)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	11.390	12.495
Perda (ganho) na baixa de não circulante	2.003	3.672
	<b>356.102</b>	<b>285.688</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(76.520)	89.989
Tributos a compensar	24.774	(12.160)
Depósitos judiciais	(991)	(11.071)
Ativo financeiro setorial	102.872	(28.207)
Contas a receber - CDE	(15.821)	(4.087)
Outros ativos operacionais	(7.091)	(32.332)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(182.072)	(131.421)
Outros tributos e contribuições sociais	36.268	(5.525)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(38.579)	(23.140)
Taxas regulamentares	(86.406)	2.473
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(4.397)	(3.958)
Passivo financeiro setorial	113.459	(42.775)
Contas a pagar - CDE	-	(4.025)
Outros passivos operacionais	18.006	14.256
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>239.604</b>	<b>93.705</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(32.585)	(16.448)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(72.412)	(47.317)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>134.607</b>	<b>29.940</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(10.834)	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	10.933	-
Adições de ativo contratual	(121.641)	(55.619)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(121.542)</b>	<b>(55.619)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	367.744	340.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(131.353)	(169.982)
Liquidação de operações com derivativos	(17.117)	2.925
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(6.037)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>213.237</b>	<b>172.943</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>226.302</b>	<b>147.264</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>179.059</b>	<b>438.679</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>405.361</b>	<b>585.943</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas****COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

	<b>1º Trimestre 2022</b>	<b>1º Trimestre 2021</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>2.205.840</b>	<b>2.063.492</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.111.136	2.021.689
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	112.628	51.014
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.924)	(9.211)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.138.818)</b>	<b>(1.107.933)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(960.492)	(995.105)
2.2 Material	(85.179)	(33.217)
2.3 Serviços de terceiros	(69.400)	(53.683)
2.4 Outros	(23.746)	(25.928)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>1.067.022</b>	<b>955.558</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(32.593)</b>	<b>(29.654)</b>
4.1 Amortização	(32.593)	(29.654)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>1.034.429</b>	<b>925.904</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>75.134</b>	<b>34.148</b>
6.1 Receitas financeiras	75.134	34.148
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>1.109.563</b>	<b>960.052</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>51.658</b>	<b>48.618</b>
8.1.1 Remuneração direta	23.452	21.442
8.1.2 Benefícios	26.076	25.260
8.1.3 F.G.T.S	2.130	1.916
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>765.484</b>	<b>724.731</b>
8.2.1 Federais	372.483	392.749
8.2.2 Estaduais	392.215	331.292
8.2.3 Municipais	786	689
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>116.761</b>	<b>24.763</b>
8.3.1 Juros	116.269	23.764
8.3.2 Aluguéis	492	1.000
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>175.661</b>	<b>161.941</b>
8.4.1 Lucros retidos	175.661	161.941
	<b>1.109.563</b>	<b>960.052</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

### COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### ( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,9 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

#### 1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis intermediárias. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID -19 possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde, incluindo pesquisa e desenvolvimento, e aplicação de vacinas. Em 22 de abril de 2022 o Ministro da Saúde assinou a portaria que decreta fim do estado de Emergência em Saúde Pública, a qual passa a ter vigência após 30 dias após a data de publicação no Diário Oficial da União.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas tendo em vista o cenário da pandemia, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;

## Notas Explicativas

- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a Conta COVID e como afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas, para o período de três meses findo em 31 de março de 2022, a Companhia concluiu que não houve efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

### Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID-19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, sendo os principais a queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica,



## Notas Explicativas

mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em continuidade ao processo de definição da regulamentação do restabelecimento do equilíbrio econômico das concessionárias distribuidoras durante a pandemia, a ANEEL abriu a 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 no fim de 2021, na qual também foi discutido sobre as regras de alocação dos custos do empréstimo da Conta Covid e da sobrecontratação involuntária para o ano civil de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

Concluída a terceira e última fase da CP35/2020, a Agência definiu as metodologias referentes à sobrecontratação involuntária de 2020, ao reequilíbrio econômico em função da queda de mercado e aumento da inadimplência durante a pandemia, bem como sobre o rateio do custo financeiro da Conta COVID, consubstanciadas na Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021. A Companhia continua analisando os impactos causados pela pandemia e definirá quanto à necessidade de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico em até 60 dias após a publicação, pela ANEEL, da projeção da receita irrecuperável realizada nos meses de março a dezembro de 2020, conforme definido no parágrafo 7 do Submódulo 2.10 do PRORET, homologado por meio da referida resolução normativa. Ademais, foi estimada e registrada a parcela do custo financeiro da Conta COVID a ser alocada nos processos tarifários de 2022.

## ( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 9 de maio de 2022.

### 2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

## Notas Explicativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada; e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 9 – Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 13 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 16 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 19 – Imposto de renda e contribuição social a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

### 2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 – Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas

## Notas Explicativas

notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

### Intangível:

O valor justo dos itens do ativo intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador, ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

## ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos bancários	4.484	23.818
Aplicações financeiras	400.877	155.241
Títulos de crédito privado (*)	400.877	155.241
<b>Total</b>	<b><u>405.361</u></b>	<b><u>179.059</u></b>

(\*) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 249.056 (R\$ 155.241 em 31 de dezembro de 2021) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 151.821, ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 98,88% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (99,91% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

## Notas Explicativas

**( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

Circulante	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2022	31/12/2021
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	248.958	144.698	25.149	418.805	385.497
Industrial	9.761	13.707	25.490	48.958	51.254
Comercial	45.426	16.396	6.424	68.247	60.645
Rural	2.623	1.777	319	4.718	5.113
Poder público	14.440	1.304	217	15.961	12.477
Iluminação pública	16.117	614	318	17.049	17.576
Serviço público	9.339	533	2.857	12.730	12.931
<b>Faturado</b>	<b>346.665</b>	<b>179.030</b>	<b>60.773</b>	<b>586.468</b>	<b>545.494</b>
Não faturado	349.466	-	-	349.466	249.604
Parcelamento de débito de consumidores	33.374	8.918	10.011	52.303	51.456
Operações realizadas na CCEE	20.001	-	-	20.001	90.581
Concessionárias e permissionárias	7.525	-	-	7.525	12.757
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(2.901)	-	-	(2.901)	(69.165)
	<b>754.130</b>	<b>187.948</b>	<b>70.784</b>	<b>1.012.862</b>	<b>880.728</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(101.068)	(97.604)
<b>Total</b>				<b>911.793</b>	<b>783.124</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	14.929	-	-	14.929	15.899
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
<b>Total</b>	<b>23.137</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.137</b>	<b>24.107</b>

**Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica:** criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) como uma das medidas para enfrentamento do pior cenário de escassez hídrica da história do país. Os consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020, receberam bônus no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh reduzido, desde que possuíssem histórico de medição. O referido bônus foi custeado por encargo setorial específico, denominado Encargos de Serviço do Sistema (ESS), repassado pela CCEE às distribuidoras. A Companhia registrou um crédito no montante de R\$ 69.167 em ativo em Consumidores, concessionárias e permissionárias referente ao bônus concedido aos consumidores em função do citado programa, sendo que desde montante, R\$ 66.264 foram pagos, em contrapartida de um ativo em Outros Créditos no mesmo montante. O reembolso às distribuidoras ocorreu na contabilização da CCEE de janeiro, que foi liquidada em março de 2022 (nota .11).

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30.f.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(97.604)</b>	<b>(2.954)</b>	<b>(100.558)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(28.027)	(52)	(28.079)
Recuperação de receita	10.155	-	10.155
Baixa de contas a receber provisionadas	14.407	-	14.407
<b>Saldo em 31/03/2022</b>	<b>(101.068)</b>	<b>(3.006)</b>	<b>(104.075)</b>

## Notas Explicativas

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 7 ) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	236	1.925
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>236</b>	<b>1.925</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.083	4.161
ICMS a compensar	21.565	20.357
Programa de integração social - PIS	3.600	3.555
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	13.178	12.974
Outros	46	48
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>43.473</b>	<b>41.095</b>
<b>Total circulante</b>	<b>43.709</b>	<b>43.020</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
ICMS a compensar	34.421	30.882
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>34.421</b>	<b>30.882</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>34.421</b>	<b>30.882</b>

#### 7.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

<b>Ativo</b>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS sobre ICMS	52.877	34.630
COFINS sobre ICMS	215.604	163.478
<b>Total circulante</b>	<b>268.482</b>	<b>198.108</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS sobre ICMS	281.860	301.201
COFINS sobre ICMS	1.325.837	1.383.381
<b>Total não circulante</b>	<b>1.607.697</b>	<b>1.684.582</b>
<b><u>Passivo</u></b>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
PIS/COFINS devolução consumidores	29.002	-
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS/COFINS devolução consumidores	1.876.300	1.882.690

Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 1.816.859, que atualizado até 31 de março é de R\$ 1.876.179 (R\$ 1.882.690 em 31 de dezembro de 2021). No primeiro trimestre de 2022 já foram compensados R\$ 29.002.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005), porém a Companhia já havia registrado ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores dada à similaridade do caso à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação

**Notas Explicativas**

judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento pela ANEEL.

## Notas Explicativas

### ( 8 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2021			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 31/03/2022		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
	<b>Parcela "A"</b>	<b>346.377</b>	<b>322.470</b>	<b>668.847</b>	<b>(194.943)</b>	<b>(86.690)</b>	<b>19.100</b>	<b>158.207</b>	<b>248.108</b>
CVA (*)									
CDE (**)	(10.503)	558	(9.945)	99.620	(4)	1.062	90.066	667	90.732
Custos energia elétrica	(31.946)	(35.280)	(67.227)	(288.625)	14.860	(438)	(322.730)	(18.700)	(341.430)
ESS e EER (***)	234.775	87.441	322.215	(11.436)	(26.038)	6.099	227.541	63.299	290.841
Proinfra	-	12.186	12.186	19.321	(3.693)	627	19.705	8.736	28.441
Rede básica	(703)	45.878	45.175	6.612	(13.407)	1.009	5.890	33.500	39.390
Repasse de Itaipu	197.299	283.894	481.193	(2.604)	(82.871)	11.368	198.841	208.245	407.085
Transporte de Itaipu	322	4.745	5.067	1.074	(1.410)	100	1.392	3.440	4.831
Neutralidade dos encargos setoriais	(10.741)	(40.378)	(51.118)	(24.979)	13.576	(82)	(35.802)	(26.802)	(62.603)
Sobrecontratação	(32.126)	(36.573)	(68.699)	103.575	12.297	(643)	70.805	(24.276)	46.529
Bandeira tarifária faturada	-	-	-	(97.502)	-	-	(97.502)	-	(97.502)
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>(3.475)</b>	<b>(59.277)</b>	<b>(62.752)</b>	<b>57.229</b>	<b>8.073</b>	<b>200</b>	<b>53.954</b>	<b>(51.205)</b>	<b>2.749</b>
<b>Total</b>	<b>342.902</b>	<b>263.193</b>	<b>606.095</b>	<b>(137.714)</b>	<b>(78.617)</b>	<b>19.300</b>	<b>212.161</b>	<b>196.904</b>	<b>409.064</b>
<b>Ativo circulante</b>			371.223						314.500
<b>Ativo não circulante</b>			234.872						209.511
<b>Passivo circulante</b>			-						(33.256)
<b>Passivo não circulante</b>			-						(81.691)

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

#### Alterações em função da versão 2022 do Manual de contabilidade do setor elétrico – MCSE:

A ANEEL, através do Despacho n° 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram: (i) alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela CCRBT para ativo ou passivo financeiro setorial, antes era registrada em taxas regulamentares (nota 18), e (ii) alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (Homologado e Diferido).

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## Notas Explicativas

### ( 9 ) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

#### 9.1 Composição dos débitos fiscais:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	6.815	7.074
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(9.747)</u>	<u>(15.275)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>(2.931)</b>	<b>(8.201)</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	23.390	24.279
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(27.336)</u>	<u>(42.692)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>(3.946)</b>	<b>(18.414)</b>
<b>Total</b>	<b><u>(6.877)</u></b>	<b><u>(26.614)</u></b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes do benefício fiscal do intangível incorporado e das diferenças temporariamente indedutíveis, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

#### 9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3% ao ano.

#### 9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>31/03/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.334	12.039	4.325	12.015
Entidade de previdência privada	13.964	38.790	13.171	36.586
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.367	26.019	9.050	25.139
Provisão energia livre	2.322	6.450	2.267	6.297
Programas de P&D e eficiência energética	5.037	13.991	5.180	14.389
Provisão relacionada a pessoal	1.485	4.125	1.138	3.162
Marcação a mercado - Derivativos	8.582	23.839	7.387	20.520
Marcação a Mercado - Dívidas	(10.559)	(29.331)	(9.647)	(26.797)
Derivativos	(6.752)	(18.754)	(19.667)	(54.631)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(722)	(2.005)	(749)	(2.082)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(63.340)	(175.945)	(59.367)	(164.909)
Outros	(1.090)	(3.289)	4.086	11.090
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	28.227	78.407	28.227	78.407
Marcação a mercado - Derivativos	161	448	159	441
Marcação a Mercado - Dívidas	(762)	(2.117)	(836)	(2.321)
<b>Total</b>	<b><u>(9.747)</u></b>	<b><u>(27.336)</u></b>	<b><u>(15.275)</u></b>	<b><u>(42.692)</u></b>



**Notas Explicativas****9.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados:**

	1º Trimestre 2022		1º Trimestre 2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>271.328</b>	<b>271.328</b>	<b>250.122</b>	<b>250.122</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	9.951	9.951	9.033	9.033
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.374	(365)	875	(1.376)
<b>Base de cálculo</b>	<b>282.653</b>	<b>280.914</b>	<b>260.030</b>	<b>257.779</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(25.439)</b>	<b>(70.229)</b>	<b>(23.403)</b>	<b>(64.445)</b>
Provisão para riscos fiscais	-	-	(334)	-
<b>Total</b>	<b>(25.439)</b>	<b>(70.229)</b>	<b>(23.737)</b>	<b>(64.445)</b>
Corrente	(30.632)	(84.487)	(14.342)	(38.179)
Diferido	5.194	14.257	(9.395)	(26.266)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 10 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.932.004</b>
Transferência - ativo contratual	43.806
Transferência - intangível em serviço	(30)
Ajuste ao valor justo	44.763
Baixas	(1.351)
<b>Saldo em 31/03/2022</b>	<b>2.019.191</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

No primeiro trimestre de 2022, o valor das baixas de R\$ 1.351 (R\$ 1.469 no primeiro trimestre de 2021) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 617 (R\$ 469 no primeiro trimestre de 2021) e à baixa do ativo de R\$ 734 (R\$ 1.000 no primeiro trimestre de 2021).

**Notas Explicativas****( 11 ) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamentos - Plano de previdência privada	1.218	1.427	678	678
Adiantamentos - fornecedores	3.384	5.241	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	3.512	3.589	-	-
Ordens em curso	70.967	64.100	-	-
Serviços prestados a terceiros	2.049	1.343	-	-
Despesas antecipadas	21.649	19.218	153	179
Contas a receber - CDE	45.009	29.188	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.371	3.141	-	-
Arrendamentos e aluguéis	7.753	12.152	-	-
Faturas diversas	2.086	2.112	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 6)	115	69.167	-	-
Outros	14.653	18.987	2.557	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(3.006)	(2.954)	-	-
<b>Total</b>	<b>175.761</b>	<b>226.711</b>	<b>3.388</b>	<b>857</b>

**Contas a receber – CDE:** refere-se às (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 5.176 (R\$ 4.304 em 31 de dezembro de 2021), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 25.039 (R\$ 24.884 em 31 de dezembro de 2021), nota 24.3 e (iii) subvenção de bandeira tarifária R\$ 14.794.

**( 12 ) ATIVO CONTRATUAL**

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>241.053</b>
Adições	122.842
Transferência - Intangível em serviço	(22.137)
Transferência - Ativo financeiro	(43.806)
<b>Saldo em 31/03/2022</b>	<b>297.951</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**Notas Explicativas****( 13 ) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço e outros ativos intangíveis:

	<b>Direito de concessão</b>		<b>Total</b>
	<b>Infraestrutura de distribuição - em serviço</b>	<b>Outros ativos intangíveis</b>	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>733.501</b>	<b>750</b>	<b>734.251</b>
Custo histórico	2.265.259	2.573	2.267.831
Amortização acumulada	(1.531.757)	(1.823)	(1.533.580)
Amortização	(32.053)	(72)	(32.125)
Transferência - ativo contratual	22.137	-	22.137
Transferência - ativo financeiro	30	-	30
Baixa e transferência - outros ativos	(1.747)	-	(1.747)
<b>Saldo em 31/03/2022</b>	<b>721.868</b>	<b>677</b>	<b>722.546</b>
Custo histórico	2.278.624	2.573	2.281.197
Amortização acumulada	(1.556.756)	(1.896)	(1.558.651)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 14 ) FORNECEDORES**

	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
Encargos de serviço do sistema	34.963	159.889
Suprimento de energia elétrica	313.927	365.344
Encargos de uso da rede elétrica	59.913	55.437
Materiais e serviços	106.382	116.352
Energia livre	48.123	46.980
<b>Total</b>	<b>563.309</b>	<b>744.002</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Materiais e serviços	-	1.379
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.379</b>

## Notas Explicativas

**( 15 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2022
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Pós Fixado</b>							
IPCA	580.989	-	(8.353)	19.386	-	(6.324)	585.697
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Pré Fixado</b>							
Marcação a mercado	453.573	-	-	7.207	-	(10.526)	450.255
	(35.122)	-	-	(3.518)	-	-	(38.640)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>999.441</b>	<b>-</b>	<b>(8.353)</b>	<b>23.075</b>	<b>-</b>	<b>(16.850)</b>	<b>997.312</b>
<b>Gastos com captação</b>	<b>(5.654)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>217</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.438)</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Dólar	337.052	118.574	-	1.250	(56.062)	(927)	399.887
Euro	569.252	-	-	867	(91.908)	(884)	477.326
Marcação a mercado	(39.773)	-	-	(4.489)	-	-	(44.262)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>866.532</b>	<b>118.574</b>	<b>-</b>	<b>(2.373)</b>	<b>(147.970)</b>	<b>(1.811)</b>	<b>832.952</b>
<b>Total</b>	<b>1.860.318</b>	<b>118.574</b>	<b>(8.353)</b>	<b>20.919</b>	<b>(147.970)</b>	<b>(18.661)</b>	<b>1.824.826</b>
<b>Circulante</b>	<b>40.683</b>						<b>38.427</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.819.635</b>						<b>1.786.399</b>

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/03/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>IPCA</b>					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80% (a)	585.697	580.989	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Pré fixado de 6,1574% (b)	450.255	453.573	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>		(38.640)	(35.122)		
<b>Total moeda nacional</b>		<b>997.312</b>	<b>999.441</b>		
<b>Gastos com captação</b>		<b>(5.438)</b>	<b>(5.654)</b>		
<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 0,78% a 2,81%	399.887	337.052	2020 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Euro</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,70% a 0,78%	477.326	569.252	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>		(44.262)	(39.773)		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>832.952</b>	<b>866.532</b>		
<b>Total</b>		<b>1.824.826</b>	<b>1.860.318</b>		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem *swap* convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

**Taxa efetiva a.a.:**

(a) de 60% a 110% do CDI

(b) 6,1574% a.a.

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis as dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2022, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 82.902 (R\$ 74.895 em 31 de dezembro 2021), que compensados com as perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 67.647 (R\$ 57.540 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial e monetária (nota 30.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 15.255 (R\$ 17.355 em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

### Ano de vencimento

A partir de 01/04/2023	141.152
2024	502.100
2025	644.972
2026	236.041
2027	55.100
2028	289.935
<b>Subtotal</b>	<b>1.869.300</b>
Marcação a mercado	(82.902)
<b>Total</b>	<b>1.786.399</b>

### Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados em 2022	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda Estrangeira								
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	118.574	118.574	Semestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	USD + 2,81%	USD + 2,81%	CDI + 1,22%

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2022, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## Notas Explicativas

**( 16 ) DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2022
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	343.213	250.000	(123.000)	14.031	(4.997)	479.247
IPCA	77.542	-	-	3.141	(2.020)	78.663
<b>Total ao custo</b>	<b>420.756</b>	<b>250.000</b>	<b>(123.000)</b>	<b>17.172</b>	<b>(7.017)</b>	<b>557.910</b>
<b>Gastos com captação</b>	<b>(10.921)</b>	<b>(830)</b>	<b>-</b>	<b>525</b>	<b>-</b>	<b>(11.225)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	537.245	-	-	21.151	(6.907)	551.489
Marcação a mercado	(41.579)	-	-	(1.311)	-	(42.890)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>495.665</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.840</b>	<b>(6.907)</b>	<b>508.599</b>
<b>Total</b>	<b>905.500</b>	<b>249.170</b>	<b>(123.000)</b>	<b>37.538</b>	<b>(13.924)</b>	<b>1.055.284</b>
<b>Circulante</b>	<b>136.357</b>					<b>60.209</b>
<b>Não circulante</b>	<b>769.143</b>					<b>995.075</b>

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/03/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Pós fixado</b>					
CDI	107% a 109,5% do CDI (a)	479.247	343.213	2018 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,29% (b)	78.663	77.542	2022 a 2024	Fiança da CPFL Energia
<b>Total mensuradas ao custo</b>		<b>557.910</b>	<b>420.756</b>		
<b>Gastos com captação</b>		<b>(11.225)</b>	<b>(10.921)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Pós fixado</b>					
IPCA	IPCA + 5,80% (b)	245.324	242.500	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 4,30% (c)	306.166	294.746	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(42.890)	(41.579)		
<b>Total mensuradas ao valor justo</b>		<b>508.599</b>	<b>495.665</b>		
<b>Total</b>		<b>1.055.284</b>	<b>905.500</b>		

Algumas debêntures possuem *swap* convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

**Taxa efetiva a.a.:**

- (a) De 107,84% a 110,77% do CDI / CDI + 0,89%  
 (b) IPCA + 5,42 a 6,31%  
 (c) CDI + 1,48%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 31 de março de 2022, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 42.890 (R\$ 41.759 em 31 de dezembro de 2021), que compensados com as perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 29.497 (R\$ 26.307 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 13.393 (R\$ 15.452 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

**Notas Explicativas****Ano de vencimento**

A partir de 01/04/2023	102.641
2024	266.986
2025	119.946
2027	125.000
2028 a 2031	423.393
<b>Subtotal</b>	<b>1.037.965</b>
Marcação a mercado	(42.890)
<b>Total</b>	<b>995.075</b>

**Adições no período:**

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2022	Líquido dos gastos de captação					
<b>Moeda nacional - CDI</b>								
13ª Emissão	250.000	250.000	249.170	Semestral	2 parcelas anuais a partir de dezembro de 2027	(a)	CDI + 1,5%	CDI + 1,59%

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

**Condições restritivas:**

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Para as debêntures emitidas em 2022, algumas cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

**Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia**

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 17 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

**17.1 Movimentações do plano de benefício definido:**

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2021</b>	<b>459.970</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	11.390
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(38.590)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/03/2022</b>	<b>432.769</b>
Outras contribuições	606
<b>Total passivo</b>	<b>433.375</b>
Circulante	123.458
Não circulante	309.917

## Notas Explicativas

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Trimestre de 2022</u>	<u>1º Trimestre de 2021</u>
Custo do serviço	2.008	2.331
Juros sobre obrigações atuariais	45.879	38.306
Rendimento esperado dos ativos do plano	(36.497)	(28.142)
<b>Total da despesa</b>	<b><u>11.390</u></b>	<b><u>12.495</u></b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 18 ) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	570	570
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.316	8.316
Bandeiras tarifárias e outros	-	86.406
<b>Total</b>	<b><u>8.886</u></b>	<b><u>95.292</u></b>

**Bandeiras tarifárias e outros** – O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021 e homologada durante o primeiro trimestre de 2022 (vide nota 8).

### ( 19 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	45.006	9.809
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	11.597	4.094
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>56.602</u></b>	<b><u>13.903</u></b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	162.715	135.308
Programa de integração social - PIS	4.681	2.820
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.861	13.314
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	1.065
Outros	5.841	6.315
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b><u>195.097</u></b>	<b><u>158.823</u></b>
<b>Total Circulante</b>	<b><u>251.699</u></b>	<b><u>172.726</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	174.001	172.063
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6.867	6.777
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>180.868</u></b>	<b><u>178.840</u></b>
<b>Total Não circulante</b>	<b><u>180.868</u></b>	<b><u>178.840</u></b>

**Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ:** no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança que discute a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.



## Notas Explicativas

**( 20 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/03/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	31.294	7.194	29.856	7.351
<b>Cíveis</b>	14.184	12.130	15.675	10.740
<b>Fiscais</b>	661	196.302	736	193.909
Imposto de renda	-	175.980	-	173.989
Outros	661	20.322	736	19.920
<b>Outros</b>	986	-	963	-
<b>Total</b>	<b>47.125</b>	<b>215.625</b>	<b>47.229</b>	<b>212.000</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2022
Trabalhistas	29.856	1.592	(508)	(369)	723	31.294
Cíveis	15.675	2.723	(860)	(4.028)	674	14.184
Fiscais	736	-	(85)	-	11	661
Outros	963	-	-	-	23	986
<b>Total</b>	<b>47.229</b>	<b>4.315</b>	<b>(1.453)</b>	<b>(4.397)</b>	<b>1.431</b>	<b>47.125</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

**Perdas possíveis**

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	31/03/2022	31/12/2021	Principais causas:
Trabalhistas	43.324	45.216	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	398.938	378.532	Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias
Fiscais	320.457	319.682	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - Outros	305.845	298.666	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	3.288	3.175	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>1.071.852</b>	<b>1.045.271</b>	

Em relação às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro de 2021 a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

**Notas Explicativas****( 21 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	33.275	22.018	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	74.914	73.058	-	1.230
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	34.286	32.310	3.313	3.522
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	14.458	12.690	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.486	5.930	6.352
Adiantamentos	37.976	49.503	1.585	1.729
Juros sobre empréstimo compulsório	146	146	-	-
Folha de pagamento	1.919	2.745	-	-
Participação nos lucros	17.124	13.633	4.294	4.294
Convênios de arrecadação	22.092	19.813	-	-
Outros	6.751	3.339	1.535	408
<b>Total</b>	<b>244.468</b>	<b>230.742</b>	<b>16.656</b>	<b>17.535</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**( 22 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
<b>Total</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>100,00</b>

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos na nota 22 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

**( 23 ) LUCRO POR AÇÃO****Lucro por ação – básico**

O cálculo do lucro por ação básico para o primeiro trimestre de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	1° Trimestre 2022	1° Trimestre 2021
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	175.661	161.941
<b>Denominador</b>		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$</b>	<b>3,31</b>	<b>3,05</b>

Para os trimestres apresentados a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## Notas Explicativas

**( 24 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2022	31/03/2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	1.770.606	1.730.180	1.139	1.161	1.086.872	868.911
Industrial	6.385	6.304	173	200	147.898	130.948
Comercial	82.784	82.876	426	460	380.728	312.511
Rural	6.443	7.204	26	29	18.332	15.143
Poderes públicos	8.392	8.303	52	49	43.633	31.895
Iluminação pública	2.468	2.381	77	77	45.451	30.746
Serviço público	1.310	1.278	55	56	44.185	33.224
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>1.878.388</b>	<b>1.838.526</b>	<b>1.948</b>	<b>2.032</b>	<b>1.767.099</b>	<b>1.423.380</b>
Consumo próprio	151	154	2	2	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	93.418	33.103
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(634.321)	(664.235)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.878.539</b>	<b>1.838.680</b>	<b>1.951</b>	<b>2.034</b>	<b>1.226.196</b>	<b>792.248</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			13	36	9.545	14.704
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(5.195)	(4.789)
Energia elétrica de curto prazo			561	497	32.090	81.853
<b>Suprimento de energia elétrica</b>			<b>574</b>	<b>533</b>	<b>36.440</b>	<b>91.768</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					639.516	669.024
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					285.970	295.591
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(3.498)	(3.741)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					112.628	51.014
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					(216.331)	70.982
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					44.145	39.287
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e					67.869	43.600
Outras receitas e rendas					30.829	22.930
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>961.128</b>	<b>1.188.687</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>2.223.764</b>	<b>2.072.703</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS					(392.010)	(331.138)
PIS					(24.901)	(31.500)
COFINS					(116.668)	(143.554)
ISS					(16)	(14)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(298.007)	(207.434)
Programa de P & D e eficiência energética					(12.994)	(12.449)
PROINFA					(14.229)	(12.813)
Bandeiras tarifárias e outros					89.484	(1.048)
Outros					(1.711)	(1.276)
					<b>(771.053)</b>	<b>(741.227)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>1.452.711</b>	<b>1.331.476</b>

**24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos**

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 24.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

**24.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)**

Em 21 de outubro de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.966, relativo ao resultado do RTA de 2021, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2021, em +14,78%, sendo +8,17% referentes ao reajuste tarifário econômico e +6,62% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de +12,40%. As tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2021 a 22 de outubro de 2022.

Em 20 de outubro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.792, relativo ao resultado da RTA de 2020, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2020, em +18,31%, sendo +15,76% referentes ao reajuste tarifário econômico e +2,55% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores é de +9,82%. As tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2020 a 22 de outubro de 2021.

**24.3 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários**

No primeiro trimestre de 2022, foi registrada receita de R\$ 67.869 (R\$ 43.600 no primeiro trimestre de 2021), sendo (i) R\$ 7.389 (R\$ 4.736 no primeiro trimestre de 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 38.445 (R\$ 35.114 no primeiro trimestre de 2021) referentes a outros descontos tarifários, e (iii) R\$ 22.035 (R\$ 3.750 no primeiro trimestre de 2021) de subvenção da CCRBT.

## Notas Explicativas

### 24.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021 estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro a abril de 2022 a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição. A quota anual provisória é apresentada na Nota Técnica nº 294/2021-SGT-SRG-SFF-SRD/ANEEL da Consulta Pública – CP 081 de 2021.

Criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181, de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939, de 05 de abril de 2021, os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

### ( 25 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>				
Energia de Itaipu Binacional	463	487	120.584	182.825
PROINFA	39	39	34.182	16.421
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.497	2.490	535.955	555.512
Crédito de PIS e COFINS			(60.159)	(65.764)
<b>Subtotal</b>	<b>2.999</b>	<b>3.015</b>	<b>630.562</b>	<b>688.993</b>
<b><u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u></b>				
Encargos da rede básica			115.402	132.116
Encargos de transporte de itaipu			11.608	15.546
Encargos de conexão			7.005	7.086
Encargos de uso do sistema de distribuição			5.347	4.221
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			86.099	61.243
Encargos de energia de reserva - EER			28.630	6.017
Crédito de PIS e COFINS			(23.503)	(20.926)
<b>Subtotal</b>			<b>230.589</b>	<b>205.303</b>
<b>Total</b>			<b>861.151</b>	<b>894.296</b>

(\*) Conta de energia de reserva

## Notas Explicativas

### ( 26 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais										Total	
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		1º Trimestre	1º Trimestre
	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	2022	2021
Pessoal	27.088	25.525	-	-	5.272	4.950	8.925	7.294	-	-	41.285	37.769
Entidade de previdência privada	11.390	12.495	-	-	-	-	-	-	-	-	11.390	12.495
Material	7.202	4.915	48	77	86	95	545	652	-	-	7.880	5.738
Serviços de terceiros	16.211	14.425	55	120	12.084	12.263	11.050	10.103	-	-	39.400	36.912
Custos com construção da infraestrutura	-	-	112.628	51.014	-	-	-	-	-	-	112.628	51.014
Outros	185	85	1	(2)	3.505	3.888	7.551	5.804	2.334	4.016	13.577	13.791
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.447	3.813	-	-	-	-	3.447	3.813
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	483	985	-	-	483	985
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	407	404	-	-	407	404
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	4.775	2.693	-	-	4.775	2.693
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	147	130	-	-	147	130
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	2.003	3.672	2.003	3.672
Outros	185	85	1	(2)	58	75	1.740	1.592	332	344	2.315	2.094
<b>Total</b>	<b>62.075</b>	<b>57.445</b>	<b>112.732</b>	<b>51.210</b>	<b>20.946</b>	<b>21.196</b>	<b>28.071</b>	<b>23.853</b>	<b>2.334</b>	<b>4.016</b>	<b>226.158</b>	<b>157.720</b>

**Notas Explicativas****( 27 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>1º Trimestre 2022</b>	<b>1º Trimestre 2021</b>
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	6.000	1.630
Acréscimos e multas moratórias	15.853	13.459
Atualização de créditos fiscais	23.295	4.254
Atualização de depósitos judiciais	2.635	622
Atualizações monetárias e cambiais	4.019	8.876
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.684	630
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	20.786	1.413
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(3.494)	(1.775)
Outros	862	3.262
<b>Total</b>	<b>71.641</b>	<b>32.372</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(40.284)	(15.719)
Atualizações monetárias e cambiais	(47.558)	(6.163)
(-) Juros capitalizados	1.104	913
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(1.486)	-
Outros	(27.069)	(1.997)
<b>Total</b>	<b>(115.293)</b>	<b>(22.966)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(43.652)</b>	<b>9.406</b>

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 173.896 no primeiro trimestre de 2022 (ganho de R\$ 41.796 no primeiro trimestre de 2021) (nota 30.b).

**( 28 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 28 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 1.576 (R\$ 1.379 no primeiro trimestre de 2021). Este valor é composto por R\$ 1.543 (R\$ 1.330 no primeiro trimestre de 2021) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 33 (R\$ 49 no primeiro trimestre de 2021) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:**

<b>Empresas</b>	<b>Passivo</b>		<b>Despesa/custo</b>	
	31/03/2022	31/12/2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
<b>Encargos - Rede básica</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	13.829	14.289
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	706	18	3.766	708

## Notas Explicativas

### Transações envolvendo entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto da CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	38	2	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	1.476	1.474	1.357	1.056	-	-	(1.205)	(1.121)
Companhia Jaguarí de Energia	472	499	90	86	-	-	(1.299)	(1.075)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.539	1.458	97	98	-	-	(4.781)	(4.532)
CPFL Energia S.A.	47	52	-	-	-	-	(160)	(193)
CPFL Renováveis - Consolidado	114	-	121	3	-	-	(11)	(9)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	1	-	8	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	24	-	-	-	-	-	-
Alesta Soc Cred Direto S.A.	5	-	-	-	-	-	-	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	309	252
CPFL Renováveis - Consolidado	24	84	-	-	56	41	-	-
<b>Contrato de Mútuo</b>								
CPFL Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	-	517
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	6.037	-	-	-	-
<b>Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço</b>								
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	1	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	258	1.146	13.608	11.763	-	-	6.078	2.604
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	567	664	-	-	1.794	3.088
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	340	356	-	-	1.046	960
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	7	-	-	-	15	11	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	589	-	-	-	1.999	941
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	185	168	-	-	663	525
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	179	162	-	-	520	515
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	113	273	241	-	-	748	504
FINERGY Sociedade de Crédito Direto S.A.	-	-	17	11	-	-	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	1.804	1.885	-	-	5.288	4.160
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	7.399	-	-	-	10.502	-
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	4	4	-	-	11	10
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	2.889	10.904	-	-	6.439	15.352
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	142	107	-	-	317	287
Campos Novos Energia S.A.	-	-	30.348	31.376	-	-	46.293	39.662
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	2	7.971	-	-	11.830	18.534
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	19.651	19.593	-	-	56.058	45.224
CPFL Renováveis - Consolidado	33	33	11.211	11.339	-	-	32.442	26.951
CPFL Transmissão Piraicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	10	10
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	13	10
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T	-	-	-	480	-	-	1.556	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	-	(120)
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	147	122

(\*) Refere-se ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até 30 de dezembro de 2022, porém quitado antecipadamente em dezembro de 2021, remunerado a 107% do CDI ao ano.

(\*\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no período. No primeiro trimestre de 2022, do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia, o montante de R\$ 15.324 (R\$ 10.976 no primeiro trimestre de 2021), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## ( 29 ) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota 30 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

## Notas Explicativas

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 30 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível(*)	31/03/2022	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	405.361	405.361
Derivativos	30	(a)	Nível 2	89.002	89.002
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	2.019.191	2.019.191
<b>Total</b>				<b>2.513.554</b>	<b>2.513.554</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	580.259	580.259
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	1.244.567	1.244.567
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	546.685	545.822
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	508.599	508.599
Derivativos	30	(a)	Nível 2	111.128	111.128
<b>Total</b>				<b>2.991.238</b>	<b>2.990.376</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 9.318 no 1º trimestre de 2022 (R\$ 36.786 no 1º trimestre de 2021).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) fundo de reversão, (vii) descontos tarifários – CDE, (viii) passivo financeiro setorial e (ix) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);



## Notas Explicativas

- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo							
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	41.367	-	41.367	56.001	(14.634)	Euro + 0,70%	CDI + 0,83%	mar/25	419.760
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(64.862)	(64.862)	(46.665)	(18.197)	USD + 0,78% a 1,22%	CDI + 0,74 a 1,22%	out/23 a set/26	439.574
	<b>41.367</b>	<b>(64.862)</b>	<b>(23.496)</b>	<b>9.336</b>	<b>(32.832)</b>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Debêntures	47.635	(10.068)	37.567	67.064	(29.497)	IPCA + 4,30% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/24 a maio/31	471.000
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(36.198)	(36.198)	(1.383)	(34.815)	6,16% a 7,38%	CDI + 0,69% a 0,88%	Mar/2024 a Jun/24	447.000
	<b>47.635</b>	<b>(46.266)</b>	<b>1.369</b>	<b>65.682</b>	<b>(64.313)</b>				
<b>Total</b>	<b>89.002</b>	<b>(111.128)</b>	<b>(22.126)</b>	<b>75.018</b>	<b>(97.144)</b>				
<b>Não circulante</b>	<b>89.002</b>	<b>(111.128)</b>							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a	Liquidação	Saldo em 31/03/2022
Para dívidas designadas a valor justo	218.524	(160.623)	17.117	75.018
Marcação a mercado (*)	(83.847)	(13.297)	-	(97.144)
<b>Total</b>	<b>134.676</b>	<b>(173.920)</b>	<b>17.117</b>	<b>(22.126)</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>178.441</b>			<b>89.002</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(43.764)</b>			<b>(111.128)</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente no 1º trimestre de 2022 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2022 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

## Notas Explicativas

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	1° Trimestre 2022	1° Trimestre 2021	1° Trimestre 2022	1° Trimestre 2021
Variação de taxas de juros	5.336	7.842	-	-
Marcação a mercado	(7.428)	(19.146)	(25)	93
Variação cambial	(165.959)	74.864	-	-
Marcação a mercado	(5.845)	(21.764)	-	464
<b>Total</b>	<b>(173.896)</b>	<b>41.796</b>	<b>(25)</b>	<b>557</b>

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro trimestre de 2022 foi de R\$ 44.762 (R\$ 39.756 no primeiro trimestre de 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 10 e 24.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(377.347)		(38.636)	65.359	169.355
Derivativos - swap plain vanilla	395.695		40.515	(68.538)	(177.590)
	<b>18.348</b>	baixa dolar	<b>1.879</b>	<b>(3.179)</b>	<b>(8.235)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(455.605)		(56.603)	71.449	199.501
Derivativos - swap plain vanilla	471.579		58.587	(73.954)	(206.496)
	<b>15.975</b>	baixa euro	<b>1.984</b>	<b>(2.505)</b>	<b>(6.995)</b>
<b>Total</b>	<b>34.323</b>		<b>3.863</b>	<b>(5.684)</b>	<b>(15.230)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>3.863</b>	<b>(5.684)</b>	<b>(15.230)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2022 foi de R\$ 4,74 para o dólar e R\$ 5,26 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,22 e R\$ 5,91 e a depreciação cambial de 10,24% e 12,42%, do dólar e do euro respectivamente em 31.03.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

#### e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses

**Notas Explicativas**

para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	404.389				53.339	66.674	80.008
Instrumentos financeiros passivos	(479.247)				(63.213)	(79.016)	(94.819)
Derivativos - swap plain vanilla	(1.853.841)				(244.522)	(305.652)	(366.783)
	<b>(1.928.700)</b>	alta CDI	6,41%	13,19%	<b>(254.396)</b>	<b>(317.994)</b>	<b>(381.594)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.172.959)				(90.670)	(68.002)	(45.335)
Derivativos - swap plain vanilla	542.360				41.924	31.443	20.962
Ativo financeiro da concessão	2.019.191				156.083	117.063	78.042
	<b>1.388.591</b>	baixa IPCA	11,30%	7,73%	<b>107.337</b>	<b>80.504</b>	<b>53.669</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	409.064				53.956	40.467	26.978
	<b>409.065</b>	baixa SELIC	6,41%	13,19%	<b>53.956</b>	<b>40.467</b>	<b>26.978</b>
<b>Total</b>	<b>(131.044)</b>				<b>(93.103)</b>	<b>(197.023)</b>	<b>(300.947)</b>
Efeitos no resultado abrangente acumulado					418	196	(27)
Efeitos no resultado do período					(93.521)	(197.219)	(300.920)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

**f) Risco de crédito**

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

**Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra

## Notas Explicativas

contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- e B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 30.b). A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## **( 31 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia possuía um valor de R\$ 1.104 (R\$ 913 no primeiro trimestre de 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

## **( 32 ) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Conta de Escassez Hídrica**

Em razão dos descasamentos financeiros que as distribuidoras vinham suportando em função dos custos decorrentes das medidas de enfrentamento da crise hídrica, mas também dos efeitos associados à questões macroeconômicas como a inflação, o câmbio e a alta do preço internacional dos combustíveis, o Poder Executivo Federal instaurou a Medida Provisória nº 1.078, de 13 de dezembro de 2021, dando condições para a contratação de uma operação de crédito em favor das distribuidoras, que possibilitou a estruturação de operações financeiras utilizando a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE como veículo para a sua amortização. Em 13 de janeiro de 2022, o Decreto nº 10.939 regulamentou a MP nº 1.078/2021, no que diz respeito às medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica.

Atendendo ao decreto presidencial, e com base na proposta desenvolvida pelas áreas técnicas da Agência,

## Notas Explicativas

a ANEEL instaurou a Consulta Pública nº 02/2022 com o objetivo de prover recursos às distribuidoras para cobrir os custos adicionais decorrentes da escassez hídrica, instituindo valores teto ao empréstimo para os seguintes itens: i) Estimativa do saldo da conta de bandeiras para abril de 2022; ii) Despesas do programa de incentivo à redução de consumo (Bônus); iii) Custo de Importação de julho e agosto de 2021 homologada pela CREG; iv) Diferimentos tarifários de 2021 e 2022 e; v) receita de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021.

Após a consolidação dos limites de empréstimo por distribuidora, divulgados pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 1.008/2022, a Companhia solicitou o empréstimo integral dos itens que compõe a primeira tranche da operação, valores dispostos abaixo, por se tratar de valores conhecidos e que não geram riscos de custos acessórios

<u>Item</u>	<u>R\$</u>
Bônus do programa RIC	40.259
Custo Importação de Energia	18.167
<b>Total</b>	<b><u>58.426</u></b>

A Companhia também manifestou interesse em receber cobertura para os demais itens do empréstimo, sobre o saldo da conta bandeiras de abr/22, a ser repassado às distribuidoras em jun/22, mas ainda coberto na 1ª Tranche, e repasses mensais de mai/22 à dez/22 relativo ao Procedimento Competitivo Simplificado, que elevou os custos das distribuidoras pela contratação de reserva de capacidade, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País, a ser considerados em uma eventual 2ª Tranche.

**Notas Explicativas**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente

**UBIRAJUÍ JOSÉ PEREIRA**  
Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**CARLOS ZAMBONI NETO**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA**  
Diretor de Operações

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217.200/O-6

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Informações Trimestrais (ITR) em 31 de março de 2022 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Piratininga de Força e Luz

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As informações trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2021, obtidas das informações trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2021 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 11 de maio de 2021 e 17 de março de 2022, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 9 de maio de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2022;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2022.

Campinas, 09 de maio de 2022.

Carlos Zamboni Neto  
Diretor Presidente  
Chief Executive Officer  
CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
Chief Financial and Investor Relations Officer  
CPF: 061.539.517-16

Ana Paula Peressim de Paulo  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
Accounting Manager of Distributors  
CT CRC 1SP217200/O-6  
CPF: 171.567.218-60



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2022;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2022.

Campinas, 09 de maio de 2022.

Carlos Zamboni Neto  
Diretor Presidente  
Chief Executive Officer  
CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
Chief Financial and Investor Relations Officer  
CPF: 061.539.517-16

Ana Paula Peressim de Paulo  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
Accounting Manager of Distributors  
CT CRC 1SP217200/O-6  
CPF: 171.567.218-60